



EMPRÉSTIMO DIGITAL: COMO ATENDER EDITORES, BIBLIOTECAS E USUÁRIOS: ESTUDO SOBRE NOVOS MODELOS DE NEGÓCIOS

*Liliana Giusti Serra*¹

¹Bibliotecária especialista, Prima Informática, São Paulo, SP

Resumo

A chegada dos e-books nas bibliotecas é uma realidade irremediável. Se por um lado representam a modernidade tecnológica às unidades de informação, por outro expõe as dificuldades de atuação em um mercado onde os modelos de negócios não foram completamente definidos. A dificuldade encontrada pelos bibliotecários e editores é relativa às formas de aquisição e disponibilização das publicações aos usuários finais, principalmente referente aos empréstimos digitais. Neste artigo são discutidas as modalidades de disponibilização de e-books, nas possibilidades praticadas pelo mercado como assinaturas, compra por quantidade de cessões, aquisição perpétua, pay-per-view e empréstimo de e-readers.

Palavras-Chave:

Empréstimo digital; E-books; Bibliotecas; Aquisição de e-books.

Abstract

The advent of e-books in libraries is a true reality. On one hand it represents the technology and modernity in information units but, on the other hand, it shows the difficulty in a place where the business model are not completely determined. The librarians and publishers struggle are related to e-books acquisitions and disposability to patrons, especially with digital lending. This paper discusses the advent of the e-books and their offer in libraries from signatures, acquisition of determined cession, perpetual acquisition, pay-per-view and e-readers lending.

Keywords:

Digital lending; E-books; Libraries; E-books acquisition.

1 Introdução

As bibliotecas são conhecidas como guardiãs do conhecimento. Através dos anos elas preservam e garantem às próximas gerações o acesso à

informação, perpetuando a manutenção da história e a disseminação do conhecimento entre as gerações. As bibliotecas garantem a perpetuação da cultura da sociedade na qual estão inseridas, mantendo intactas as fontes para aquisição do conhecimento e manutenção da história. A internet promove um avanço incrível ao permitir circular a herança cultural e disseminar os dados locais numa escala mundial (REDING, 2005).

Com a entrada da tecnologia nas bibliotecas, muitas mudanças têm sido observadas e acompanhar o ritmo do desenvolvimento tecnológico tem sido um desafio. Esta realidade não pode, porém, ser ignorada. Cabe às bibliotecas o empenho em adaptar-se a nova realidade e buscar integrar os desafios impostos pela tecnologia, desenvolvendo um novo modelo de negócio de forma a permitir que os e-books sejam aliados no processo de modernização, representando um caminho sem volta nas unidades de informação.

As bibliotecas são consideradas como um organismo vivo, onde serviços e a guarda de informações, fisicamente caracterizadas por documentos impressos textuais, são centralizados visando atender à comunidade, ao usuário final. Este cenário é conhecido desde a identificação de guarda de coleções de documentos na Antiguidade, passando pela invenção de Gutenberg, até os dias de hoje. Com o advento das tecnologias, novas formas de propagar informações e conteúdos foram desenvolvidas, representando um desafio aos atores envolvidos no mercado editorial, que começa com o autor e segue pelo editor, livreiro, bibliotecário e, finalmente o usuário final. Acrescentando o fato que a forma como o leitor consome informações foi alterada e na diversidade de formatos e facilidade de acesso, o advento do livro eletrônico – e-book – mostra-se como uma realidade concreta e sem retorno. A agilidade de identificação, localização e disponibilização das obras através da internet permite ao bibliotecário derrubar as paredes das bibliotecas e prover aos usuários uma realidade diferente da estabelecida até o momento, com publicações acessíveis através de um clique, independente de horário de funcionamento, fuso horário ou localização geográfica do usuário ou da biblioteca. Os livros eletrônicos estão mudando radicalmente a realidade das bibliotecas e sua inclusão nos acervos deve ser pensada na forma de somar forças com o mercado editorial, garantindo a permanência dos negócios e cumprindo com sua função original: de preservação de publicações e acesso ao público.

Segundo Polanka, o emprego de e-books nas bibliotecas apresentam diversas vantagens, destacando:

- a) Disponibilidade do acervo 24x7 e possibilidade de um atendimento a diversos usuários simultaneamente, não restrito a quantidade de exemplares impressos existentes nos acervos;
- b) E-books são publicações ampliadas, pois permitem a interoperabilidade de informações, como consulta a dicionários, utilização de instrumentos de acessibilidade (leitura de voz) etc.;
- c) Os e-books não são perdidos, entregues com atrasados, danificados;
- d) Os arquivos podem ser compartilhados em diversos dispositivos;
- e) Não ocupam espaço físico para guarda em estantes e prateleiras, ou seja, a biblioteca pode ampliar seu acervo sem preocupar-se com a utilização do espaço físico;

- f) Podem ser pesquisados e acessados através do catálogo virtual das bibliotecas;
- g) Podem ser integrados a bibliografias ou projetos de pesquisas;
- h) É utilizado no meio acadêmico por estudantes e professores, contribuindo com o aumento de fontes de pesquisa;
- i) Permitem anotações, aumento da fonte, controle do brilho da tela e demais ajustes, de acordo com a preferência do leitor.

Com o advento da produção de e-books pelas editoras e, conseqüentemente sua oferta nas bibliotecas, os agentes envolvidos - editores, livreiros e bibliotecários – ressentem-se da falta de definição de um modelo de negócio para disponibilização de livros eletrônicos através de empréstimos nas bibliotecas. Segundo Reding, as bibliotecas enfrentam um grande desafio na transição entre o tradicional e o digital.

Visando não prender-se no passado, são necessárias adaptações e mudanças na forma como as bibliotecas trabalham, visando atrair novos usuários e desenvolver novos modelos de negócios para as novas tecnologias vigentes (Reding, 2005). Como no Brasil ainda não se concretiza uma definição desta realidade, foram observadas discussões e tentativas de estabelecimento de práticas para permitir que os e-books sejam incorporados às bibliotecas brasileiras, principalmente as universitárias. Neste artigo serão tratadas as possibilidades de disponibilização de publicações digitais para empréstimo pelas bibliotecas, observando as práticas adotadas em outros países.

2 Empréstimo de e-books

Nas bibliotecas universitárias norte-americanas a situação encontra-se pré-estabelecida, com alguns modelos de negócios em andamento. As principais formas de aquisição identificadas neste mercado são: assinatura, compra permanente e pay-per-view. No Brasil discute-se a oferta de outra forma de serviço além das utilizadas nos Estados Unidos, como a compra de e-books com quantidade de acessos simultâneos. A forma mais usual observada é por assinatura, porém outras modalidades também estão em estudo.

Um livro eletrônico pode ser emprestado de acordo com a política de circulação definida pela biblioteca, que contempla a quantidade de obras que podem ser utilizadas por leitores simultaneamente e o período de uso, alinhados com o perfil do usuário. A maioria das bibliotecas franqueia o acesso às publicações eletrônicas aos usuários registrados em seus sistemas – através de reconhecimento por login e senha -, respeitando o histórico de empréstimos, assiduidade nas devoluções e demais características que são definidas pela direção da biblioteca. Uma vez identificado o usuário, seu perfil e ausência de restrições (atrasos na devolução, multas em aberto ou demais sanções), o empréstimo digital pode ser realizado diretamente do terminal de consulta OPAC (Online Public Access Catalog – terminais de consulta ao acervo na internet, tradução livre) da biblioteca. A forma que representa maiores avanços prevê a realização de download do arquivo eletrônico no equipamento do usuário (desktop, notebook, netbook ou dispositivos móveis). Este arquivo, uma vez baixado pelo usuário (check out), ficará disponível para consulta/leitura em seu computador enquanto perdurar o período de circulação

definido para este título, sem necessidade de conexão com a internet. Após este prazo, o arquivo apaga-se automaticamente do computador do usuário, sendo permitido a ele renovar o empréstimo, de acordo com a política de circulação estabelecida. Caso o usuário deseje devolver o livro eletrônico emprestado antes do prazo de vencimento, o mesmo pode realizar o check in da obra no OPAC. Este procedimento apaga o arquivo digital do computador do usuário visto que finaliza o período de empréstimo antes do prazo pré-estabelecido.

Estimula-se que barreiras tecnológicas sejam utilizadas nos arquivos de livros cujos downloads foram realizados através de OPACs das bibliotecas. Estas barreiras podem ser representadas por DRM (Digital Right Management – Gerenciamento de Direitos Digitais, tradução livre) e programas de leitura (leitores) exclusivos que impossibilitem a cópia ou impressões – totais ou parciais -, evitando, desta forma, o uso e distribuição não autorizada de conteúdo por parte dos usuários.

Esta tecnologia que apaga os objetos digitais dos equipamentos dos usuários é utilizada atualmente em lojas virtuais como a Apple Store, relacionadas à locação de filmes, no mercado norte-americano. Alguns provedores de conteúdo já disponibilizam este serviço para e-books no Brasil, mediante assinatura de pacote de publicações.

O mercado de venda de e-books não está completamente alinhado com as demandas das bibliotecas. Apesar de serviços oferecidos por distribuidores, observa-se também certa relutância de algumas editoras em fornecer obras em formato digital. Esta motivação deriva do temor que as bibliotecas permitam o download indiscriminado dos arquivos e estes, uma vez em poder dos usuários, possam ser distribuídos livremente, caracterizando a pirataria. A biblioteca, enquanto proprietária de objetos digitais, é responsável pela sua utilização e deve munir-se de ferramentas que coíbam a distribuição inadequada e reprodução não autorizada. Não é interessante para a biblioteca estimular ou permitir a pirataria dos e-books, da mesma forma que não permite que sejam copiados mais do que 10% de uma obra impressa. A legislação de proteção dos direitos autorais também é aplicável às bibliotecas e, para não sofrer sanções ou advertências, elas devem investir em tecnologia para coibir pirataria e uso inapropriado de suas fontes.

Um caso observado foi a iniciativa da editora Randon House de cobrar valores acima da tabela no momento de vender e-books para bibliotecas. Em algumas situações os valores alcançaram o triplo do preço praticado ao consumidor final. A justificativa do editor é que ao vender para bibliotecas, os e-books teriam circulação ilimitada e perpétua e isto impactaria nas vendas (RANDOM, 2012). Segundo Moody, para as bibliotecas a posição de grupos de editores de recusarem-se a vender e-books mediante o argumento que por ter a publicação acessível por um clique de forma gratuita, o leitor não comprará mais livros, é tão irreal quanto a afirmação que, por ter o livro impresso na biblioteca os consumidores não irão adquirir seus próprios exemplares (Moody, 2012). A realidade informa que as bibliotecas sempre representaram bons clientes aos livreiros e editores exatamente por realizar compras em larga escala com frequência. Também decorre disso que muitos usuários tomam conhecimento de publicações exatamente através das bibliotecas e estas

contribuem para a divulgação das obras e, conseqüentemente, aumento nas vendas ao consumidor final.

Por conta de algumas manifestações de editoras, a diretora da Biblioteca Pública de San Rafael, Califórnia, iniciou uma campanha junto a seus usuários. Nesta manifestação, que incluiu a fixação de cartazes informando os nomes das editoras que se negavam a vender e-books para bibliotecas públicas, e divulgação no blog Librarian in Black (Bibliotecários em luto, tradução livre), os bibliotecários questionavam sobre esta recusa das editoras, que preferem manter as bibliotecas na obsolescência ao invés de correr riscos de quedas de vendas.

Alguns editores também sugeriram que as bibliotecas repassassem aos usuários finais os custos de disponibilização das publicações eletrônicas, alugando e não emprestando suas obras (DANIELS, 2012). Esta decisão, porém, fere os princípios das bibliotecas públicas. Por outro lado, pode ser uma alternativa em outros tipos de instituições, representando uma fonte de renda para a biblioteca e maior oferta de obras aos usuários.

Dentre as restrições impostas por editores consta o estabelecimento de uma quantidade máxima de acessos que um e-book poderia ter na biblioteca e, depois de atingida esta marca, a instituição deveria comprar um novo exemplar. O número de acessos de empréstimos digitais possíveis seria um valor alcançado através de cálculo de média de empréstimos realizados em livros impressos atrelados a durabilidade do papel e a expectativa de vida útil de um livro tradicional. Este argumento tampouco tem aderência nas bibliotecas, pois o consumo e a durabilidade de um exemplar físico são determinados por diversos fatores como qualidade do papel, manipulação correta e frequência de utilização dos usuários, tanto presencial quanto por empréstimos domiciliares, não sendo possível definir um número específico de empréstimos para determinar a durabilidade do exemplar. Também foi cogitada a restrição da comercialização de lançamentos em formato eletrônico para bibliotecas, que ficariam restritos a aquisição no formato impresso (MOODY, 2012). Esta imposição restringe o ingresso das bibliotecas no ambiente tecnológico, além de não poder ofertar os benefícios do acesso remoto a seus usuários.

As aquisições de e-books podem ser realizadas diretamente dos editores, através de agregadores (provedores de conteúdo) ou distribuidores. Os metadados das publicações em formato MARC são oferecidos, porém com o padrão de qualidade definido por cada fornecedor, o que nem sempre está aliado com o padrão estabelecido pelas bibliotecas. O acesso simultâneo aos e-books normalmente não está disponível. Alguns editores permitem a aquisição por múltiplas visualizações simultâneas, porém os custos desta modalidade de assinatura são bem superiores, representando um acréscimo de cerca de 50% do custo da assinatura (POLANKA, 2012).

A seguir serão apresentadas as modalidades de aquisição de e-book identificadas.

3 Modalidades de aquisição

Serão apresentadas as modalidades de aquisição por assinaturas,

aquisição perpétua, pay-per-view, por quantidade de acessos simultâneos e o empréstimo de leitores de e-book (e-readers).

3.1 Assinaturas

As assinaturas são realizadas por pacotes de publicações e permitem que as bibliotecas adquiram grandes quantidades de títulos por um período de tempo (POLANKA, 2011). Normalmente os pacotes são formados por títulos que são definidos pelos editores, onde as obras na versão impressa já apresentaram vendagem significativa, porém encontram-se estabilizadas, representando um baixo risco no montante das vendas. Desta forma, a versão do livro no formato digital não causará impacto negativo na receita da editora, caso as vendas eletrônicas não se confirmem. Ao selecionar obras com baixa procura dos editores, os provedores de conteúdo oferecem preços convidativos para que as bibliotecas efetivem a assinatura. Infelizmente nem sempre a biblioteca tem autonomia para escolher os títulos e muitas vezes as obras ofertadas são substituídas do pacote, o que desagrada aos bibliotecários, pois o controle da coleção disponível a seus usuários passa a ser gerenciado pelos editores e provedores de conteúdo. A renovação das assinaturas também é complexa. Além do constante investimento de manutenção do acervo, ao renovar os pacotes, a biblioteca está efetuando um pagamento contínuo para garantir o acesso aos e-books que já possui, na forma de um aluguel permanente – paga-se para utilizar a obra, porém ela não pertence ao acervo e pode ser retirada da coleção caso não seja concretizada a renovação ou fique indisponível pelo distribuidor. Algumas instituições podem considerar esta prática não interessante, pois o investimento anual será alto, não representando um crescimento do patrimônio da biblioteca ou aumento no volume de títulos ofertados aos usuários. Em cada renovação novos títulos são incluídos e por serem recentes têm preços elevados em comparação às publicações já lançadas, representando custos adicionais. Assim, na renovação são oferecidos títulos antigos e novos e o cálculo do valor final será definido pela quantidade de obras assinadas. Ao usuário é prejudicial não ter a garantia que sempre poderá consultar determinada obra, pois esta pode, a revelia da biblioteca, não ser renovada, tanto por interesse do distribuidor como por contenção de despesas da instituição.

Nas renovações pode ocorrer também de obras serem oferecidas em suas edições mais recentes – o que é interessante para atualização do acervo, porém a biblioteca perde acesso às edições anteriores, o que compromete a qualidade do serviço prestado. Ao manter em suas coleções as diversas edições de uma publicação, a biblioteca está garantindo ao usuário a opção de fazer um estudo retrospectivo, estabelecendo uma linha do tempo em sua pesquisa. Este procedimento fere o conceito da biblioteca como local de guarda e preservação do conhecimento, pois, por mais que uma obra esteja desatualizada, as bibliotecas mantêm ao menos um exemplar das edições anteriores, assegurando a manutenção da história da obra.

Para os fornecedores, esta modalidade é desafiadora, pois as bibliotecas podem encontrar dificuldades para assegurar o pagamento das renovações. Além disso, o investimento na disponibilização de títulos ainda é

alto, com custos de armazenamento e licenciamento com as editoras. Como os valores por títulos são baixos nos pacotes de assinatura, algo em torno de US\$ 4 por obra, são necessário ao menos 10 anos para que os provedores de conteúdo comecem a aferir lucro por título comercializado. Por este motivo, algumas editoras são relutantes em incluir títulos que apresentam boas vendas nos pacotes (POLANKA, 2011). Outro fator preocupante é que editores podem descredenciar-se de distribuidores ou agregadores de conteúdo. Recentemente observou-se o desligamento da Penguin Books do provedor OverDrive, uma das maiores distribuidoras de livros eletrônicos do mundo (DAUER, 2012). Com a saída de editoras significativas, a biblioteca analisará se manterá a assinatura com os provedores ou se mudarão de fornecedores, visando garantir o acesso às obras das editoras participantes.

Uma questão que deve ser avaliada é a forma de disponibilização dos metadados no sistema gerenciador da biblioteca. Tem-se observado no Brasil a tendência de instituições universitárias criarem OPACs exclusivos para bibliotecas digitais, separado do acervo impresso. Esta prática não mostra-se interessante uma vez que a biblioteca necessita manter sistema, estrutura, descrição, controle de metadados, padronização, tabelas de autoridades e demais controles inerentes da atividade bibliotecária de forma redundante. Por que não aproveitar os registros criados no formato MARC (Bibliográfico e Autoridade) existentes no sistema tradicional, muitas vezes com a funcionalidade de duplicar registros e promover alterações pontuais nos dados, ao invés de realizar manutenção em dois ambientes? O registro das publicações digitais deve ser realizado em conjunto aos metadados existentes na biblioteca impressa, facultando ao usuário final a possibilidade de consultar no acervo digital ou no tradicional. Além das questões de manutenção, a diversidade de ofertas de sites para pesquisa contribui por confundir o usuário final, obrigando-o a realizar a mesma pesquisa em dois ou mais ambientes distintos, de forma que possa visualizar a disponibilidade dos acervos.

Na modalidade de aquisição por assinatura, por normalmente reunirem um volume extenso de publicações, recomenda-se que o distribuidor forneça à biblioteca os metadados dos títulos adquiridos em um formato pré-estabelecido (MARC, ISO2709, Z39.50 etc.) para que a biblioteca possa fazer importação dos metadados e disponibilize as publicações com a maior brevidade possível. Além dos dados necessários para identificação da publicação, os metadados também agregam a URL necessária para acesso ao e-book, direcionando o usuário para o ambiente do fornecedor. O controle de acesso e utilização das publicações é do distribuidor do conteúdo, prática que é confortável às bibliotecas.

Finalizando as possibilidades desta forma de aquisição, observa-se que o reconhecimento da instituição assinante e conseqüentemente de seus usuários seja realizada por login e senha e não por range de IP. Ao restringir o acesso às publicações pelo número do IP, se por um lado favorece um controle efetivo que apenas os usuários identificados como pertencentes à biblioteca e presentes no espaço da instituição possam acessar as obras, por outro compromete as modalidades de ensino à distancia, facultando a presença física do usuário na instituição para que possa ter acesso a determinado e-book. Ao identificar o usuário pertencente a uma instituição por seu login e

senha, a biblioteca garante que todos seus leitores ativos possam acessar os conteúdos contratados, independente da localização física em que se encontram.

3.2 Aquisição perpétua

Segundo Polanka, este formato de aquisição é o mais aproximado da realidade das coleções impressas das bibliotecas (Polanka, 2011). A instituição recebe as obras – por doação, permuta ou compra -, faz a seleção de acordo com sua política de desenvolvimento de coleção e as inclui no acervo. No caso de e-books, observamos três tipos de publicações eletrônicas presentes nas bibliotecas: produção acadêmica – onde a biblioteca tem permissão para armazenar e disseminar monografias, teses e dissertações -, obras em domínio público – obtidas de forma legal e gratuita -, e publicações comerciais adquiridas através de livreiros ou editores. Como as duas primeiras modalidades não impactam o mercado editorial, será abordada apenas a terceira opção, ou seja, a compra de e-books comerciais pelas bibliotecas. Nesta última modalidade, as editoras podem permitir às bibliotecas a aquisição permanente das obras, não controlando a quantidade de acessos simultâneos. Normalmente a cópia adquirida recebe proteção de DRM da editora, porém são restrições que podem ser retiradas por usuários avançados ou acarretam em insatisfação do leitor por dificultar o acesso em diversos dispositivos. Por não prover à editora controle do uso e por ser altamente suscetível à distribuição ilegal, os custos para aquisição permanente são, frequentemente, muito onerosos e acarretam em baixo interesse pelas bibliotecas. Os preços praticados para aquisição de e-books nesta modalidade são, muitas vezes, acima dos valores das cópias impressas. Segundo Polanka, para aquisição de títulos avulsos, o preço pode ser de 20% a 100% mais caros dependendo do vendedor, tipo de acesso e proteção incluída (Polanka, 2011). Esta modalidade também não é interessante às editoras, visto que um único exemplar digital pode ser baixado por inúmeros usuários, representando queda nas vendas e, conseqüentemente, prejuízo na cadeia editorial.

Por outro lado, esta forma de aquisição representa um conforto às bibliotecas, visto que a forma tradicional de guarda e disseminação das obras não sofre grandes alterações, uma vez que com a guarda do objeto digital em seus repositórios, a biblioteca permite o acesso permanente à obra, semelhante aos exemplares impressos (POLANKA, 2011). A publicação será relacionada como pertencente à biblioteca, não sendo necessário renovar a compra periodicamente. Em contrapartida, cabe à biblioteca a preocupação com a guarda do objeto digital em repositórios seguros, representando investimentos em espaço para armazenamento (storage) e manutenção de mídias, segurança de rede, políticas de backup, preservação digital e migração de formatos de arquivos, de acordo com a evolução tecnológica. Recomenda-se fortemente que a biblioteca aplique ferramenta de DRM para controlar o acesso às publicações eletrônicas. A aplicação do Social DRM mostra-se interessante, visto que ele, além de retomar a figura do ex-libris – etiquetas que representam a propriedade de uma publicação – garantem maior segurança à biblioteca na disseminação de seus objetos digitais. O Social DRM inclui o

nome e dados da instituição possuidora da obra - o que inibe a distribuição de forma não autorizada dos conteúdos -, porém sem acrescentar barreiras à utilização dos arquivos aos usuários, permitindo, desta forma, que o mesmo leitor consulte as obras de diversos equipamentos. No caso de bibliotecas, o Social DRM seria composto do nome da instituição seguido dos dados do usuário que realizou o download do arquivo, ampliando o controle e resguardando a biblioteca de ações de uso indevido por parte dos usuários. Estas necessidades tecnológicas representam desafios às bibliotecas, uma vez que nem sempre está presente em seus quadros analistas tecnológicos que façam a manutenção e preservação dos objetos digitais. Cabe aos softwares gestores de acervos a oferta de ferramentas que permitam a configuração de níveis de acesso aos arquivos de acordo com o tipo de usuário, além de permitirem a inclusão de Social DRM nos objetos digitais.

3.3 Pay-per-view

Alguns fornecedores oferecem a possibilidade das bibliotecas realizarem aluguéis ou assinaturas de curto prazo. Esta modalidade de aquisição precisa estar alinhada com o orçamento da biblioteca, uma vez que o investimento para manutenção dos títulos alugados deve ser renovado com periodicidade, à semelhança do que ocorre na modalidade de aquisição por assinatura. A diferença consiste na estipulação de quantidade de vezes que uma obra pode ser acessada e, uma vez ultrapassado este limite, a biblioteca precisa realizar a compra da publicação. Segundo Polanka, esta situação foi experimentada pela University of Texas que no ano fiscal de 2007/8 investiu US\$ 300,000 em um projeto piloto de pay-per-view com o distribuidor EBL. A biblioteca havia optado por pagar por três visualizações dos arquivos. No decorrer do projeto, dois terços do valor investido foi devotado às três visualizações, porém um terço foi destinado para aquisição das obras que foram visualizadas quatro vezes. (Polanka, 2011).

Outra possibilidade deste formato é a aquisição de créditos pelas bibliotecas. Estes créditos são abatidos a cada download realizado por seus usuários. Após o término dos créditos (que podem ser pré ou pós pagos) a biblioteca tem a opção de comprar mais acessos aos títulos oferecidos por esta modalidade ou arcar com os valores que excederam a quantidade estipulada. A remuneração aos fornecedores é realizada mediante quantidade de acessos que uma publicação teve na instituição, ficando facultado à instituição se repassará o custo (total ou parcial) aos usuários quando a quota limite for alcançada.

3.4 Aquisição por quantidade de acessos simultâneos

Esta forma de aquisição mostra-se atraente para bibliotecas, editoras e livreiros. No momento da aquisição são definidos quantos acessos simultâneos por título serão permitidos à instituição que, por sua vez, transmitirá estes direitos aos seus usuários finais. Assim, a relação editoras-livreiros x biblioteca não sofre grandes alterações, uma vez que a biblioteca, ao invés de comprar

um número determinado de exemplares físicos, adquire uma quantidade estabelecida de acessos simultâneos. Esta quantidade pode ser ampliada, de acordo com o desejo e demanda da biblioteca. A informação da quantidade de acesso é armazenada nos metadados dos títulos, sem necessidade de incluir novos objetos digitais, garantindo o uso otimizado dos repositórios. Com as obras disponíveis para consulta no OPAC, os usuários pertencentes à comunidade – novamente identificados através de login e senha – podem acessar os arquivos até que a quantidade máxima de downloads simultâneos seja alcançada. A partir deste momento a obra passa a ficar indisponível para download, porém com a funcionalidade de reserva acessível aos usuários. Na medida em que os usuários realizam o check in ou o prazo de empréstimo for expirado, os leitores que fizeram a reserva receberão notificações – de acordo com a fila de reservas registradas – e poderão realizar os downloads dos objetos digitais sempre que um novo acesso estiver disponível. A fila de reservas é organizada de forma que o download somente estará disponível ao usuário cuja liberação de reserva foi notificada. O usuário poderá realizar a reserva dentro do prazo estabelecido pela biblioteca. Caso não realize o check out, a reserva será excluída e o próximo usuário que fez reserva será notificado. Este procedimento será realizado até atender a última solicitação de realizada. Após este prazo, o download estará novamente disponível para qualquer usuário do sistema. A maioria das políticas de circulação das bibliotecas não permite a renovação de empréstimos de obras reservadas e este comportamento pode ser estendido aos e-books, garantindo assim, que o maior número de usuários tenha acesso às publicações.

Dentro desta modalidade de aquisição é necessário definir a atuação de fornecedores e bibliotecas. A guarda e manutenção dos objetos digitais podem tanto ser controladas pela biblioteca – mediante aplicação de suas políticas de acesso à semelhança das utilizadas para gerir os objetos de compra perpétua -, como podem ser controladas pelo fornecedor. Neste caso, ao clicar no link do objeto digital disponibilizado pelo OPAC da biblioteca, o usuário é transferido ao site do fornecedor, que reconhece a instituição e a quantidade de acessos simultâneos do título requisitado, e permite que o usuário final realize o check out (download) da obra em seu computador. Novamente vê-se determinante a escolha das ferramentas de controle de acesso (leitor proprietário, DRM, restrições para gravar e imprimir etc), desta vez com o controle transferido ao fornecedor, isentando a biblioteca desta sofisticação técnica. Caso a responsabilidade de guarda dos objetos digitais seja do fornecedor, o mesmo deve garantir à instituição o acesso aos objetos digitais – após validação do usuário – e manter as obras adquiridas inalteradas, uma vez que foram adquiridas pela biblioteca e pertencem ao seu patrimônio, porém com a guarda terceirizada. Em ambos os casos, recomenda-se a utilização de instrumentos de controle (relatórios e estatísticas de acesso) para aferir a utilização dos e-books pelos usuários. Estes instrumentos também corroboram com as atividades da biblioteca ao permitir analisar a utilização dos títulos adquiridos pela comunidade atendida, o retorno dos investimentos em aquisições, o uso das publicações eletrônicas etc.

Compreende-se que a forma adequada seria uma integração entre o fornecedor e a biblioteca, provavelmente mediante Web services onde são

informados os perfis de usuários, políticas de circulação, quantidade de acessos simultâneos por título adquirido, controle de check out - check in, vencimento dos empréstimos digitais, fila de reservas e demais variáveis envolvidas no processo de consulta virtual das publicações adquiridas.

Além da definição do gestor dos objetos digitais, o desafio desta modalidade de compra encontra-se na forma de acesso aos e-books, garantindo a permanência da coleção adquirida e a possibilidade de alterar – para maior ou menor – a quantidade de acessos simultâneos que um e-book pode ter.

3.5 Empréstimo de e-books através de e-readers

Uma alternativa sugerida por editores é que as bibliotecas disponibilizem o acesso aos e-books através do empréstimo de dispositivos eletrônicos (e-readers) ao invés de permitir o download de arquivos através dos OPACs. Esta sugestão é polêmica, pois os altos custos envolvidos na compra e oferta de equipamentos aos usuários representam um risco às bibliotecas. Considerando-se a má utilização, depreciação, manutenção, risco de perda, roubo e demais danos, a adoção desta prática não se mostra vantajosa às bibliotecas, sem considerar, inclusive, que não é permitida a carga indiscriminada dos livros nos dispositivos móveis. Por outro lado, um projeto da Biblioteca Pública River Forest com a Amazon em 2008 apresentou resultados positivos. A biblioteca adquiriu três Kindles e investiu US\$ 180,00 para compra de conteúdo em três categorias: ficção popular, não ficção popular e mistério e suspense. As obras contidas nos e-books não foram catalogadas, mas o equipamento. Desta forma ocorreu uma distorção do serviço bibliotecário, pois os usuários estavam emprestando um equipamento e não as publicações contidas nele. Sem conhecimento das obras que eram utilizadas pelos leitores, não foi possível identificar padrões de comportamento e avaliar o projeto com detalhes, uma vez que apenas a quantidade de empréstimos de Kindles eram computados e não as obras. Os Kindles passaram a constar do OPAC da biblioteca, com metadados descritos como se fosse uma publicação, porém sem a discriminação das obras existentes em cada equipamento. O usuário determinava apenas se desejava emprestar o e-reader de ficção, não ficção ou mistério (POLANKA, 2012).

Os usuários retiravam os Kindles em capas de couro e um carregador de bateria, além de receberem orientações de como utilizar os equipamentos. Os Kindles eram bloqueados para compras de novos conteúdos, não sendo, portanto, permitido aos usuários copiar, apagar ou incluir novas obras. Os empréstimos tem duração de três semanas, sem possibilidade de renovação. O serviço não atende o empréstimo entre bibliotecas.

O projeto agradou a comunidade atendida pela Biblioteca Pública River Forest ao permitir a seus usuários o contato com publicações eletrônicas sem a necessidade de fazer o investimento de comprar um leitor de livros eletrônicos. Atualmente, com cinco equipamentos em circulação, não foram observados danos aos equipamentos. Em média ocorrem dez empréstimos por equipamento e existe uma longa fila de espera para experimentar a novidade. Aos olhos dos usuários, ao realizar empréstimos dos Kindles, a biblioteca

modernizou-se e agregou qualidade aos serviços prestados. O projeto também permitiu à biblioteca avaliar o ingresso de publicações eletrônicas ao seu acervo e como funciona a experiência dos usuários com a leitura em telas de e-readers.

Algumas bibliotecas brasileiras – principalmente de colégios e universidades – tem experimentado o empréstimo de e-readers ou tablets aos usuários, porém não foram localizados relatos da experiência.

4 Considerações Parciais/Finais

A inclusão de e-books nas bibliotecas é uma realidade cada vez mais frequente nas instituições. Cabe ao bibliotecário tomar conhecimento das ofertas de aquisições disponíveis e adequar-se à realidade, visando atender aos anseios de seus usuários.

Evidentemente muitos ajustes têm que ser definidos, entre eles as modalidades de aquisição e disponibilização dos e-books aos usuários finais. O mercado encontra-se hoje com algumas possibilidades de aquisição de conteúdos digitais, porém observa-se que não existe uma regra para a comercialização. No Brasil, particularmente, a situação encontra-se indefinida, com grupos editoriais firmando alianças, porém sem conformidade com os anseios do mercado. Nos Estados Unidos a situação parece mais estabilizada principalmente no ambiente acadêmico, porém com muitas discussões em bibliotecas públicas.

Avaliando as modalidades disponíveis atualmente, observa-se que será necessária uma forte adequação da forma como as bibliotecas trabalham e fazem a gestão de seus acervos. Com a diversidade de modalidades de aquisição, as bibliotecas deverão ter um controle sobre como ofertar as obras a seus usuários finais de acordo com os processos aquisitivos definidos com cada fornecedor. Estas definições serão repassadas aos usuários finais, resultando que uma obra pertencente a uma editora X pode ter a forma de empréstimo diferente de outra obra publicada pela editora Y. Esta variação decorre do fornecedor da obra, que pode ser um editor, agregador de conteúdo ou livreiro.

O atual momento é de indefinição. Se por um lado as bibliotecas desejam incluir os e-books em seus acervos, por outro o não estabelecimento de um modelo de negócios torna a disponibilização de títulos digitais estagnada. É necessário o estabelecimento de regras de aquisição e disponibilização de obras aos usuários finais de forma a atender todos os envolvidos na cadeia produtiva do livro. O mercado editorial está muito conservador em relação à livre utilização dos e-books pelos usuários e tem investido fortemente em barreiras de acesso às obras, na figura dos DRMs. Este comportamento tem-se mostrado controverso pois quanto mais barreiras tecnológicas são agregadas aos livros, maior o estímulo para superá-las. Evidentemente a realidade do mercado fonográfico deve ser considerada ao observar a transição de fornecimento e consumo de mídias, porém as práticas de segurança extrema dos arquivos têm-se mostrado mais prejudiciais que compensatórias. A aplicação do Social DRM realizada pelo site Pottermore permite a observância de um cenário promissor para aplicação de distribuição



de conteúdo com controle de acesso, coibindo a distribuição ilegal de conteúdo. Esta possibilidade talvez atenda às necessidades das bibliotecas, editores, fornecedores e, principalmente, dos leitores.

5 Referências

DANIELS, Martyn. **Digital library fallout continues**. FutureBook Beta: a digital blog from Europe in association with BookSeller. Disponível em: <<http://futurebook.net/content/digital-library-fallout-continues>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

DAUER, Stella. **Penguin encerra contrato com a OverDrive**. Disponível em: <http://revolucaoebook.com.br/penguin-encerra-contrato-com-a-overdrive/?utm_source=Assinantes+da+newsletter+do+Revolu%C3%A7%C3%A3o+Ebook&utm_campaign=d59569436e-RSS_EMAIL_CAMPAIGN&utm_medium=email>. Acesso em: 10 fev. 2012.

JONES, Philip. **Potter e-books sell 'over £1m in three days'**. Disponível em: <<http://www.thebookseller.com/news/potter-e-books-sell-over-%C2%A31m-three-days.html>>. Acesso em: 05 abr. 2012.

MELO, Eduardo. **Barrando a pirataria de e-books com o ex-libris eletrônico**. Disponível em: <<http://www.simplissimo.com.br/barrando-a-pirataria-de-e-books-com-o-ex-libris-eletronico/>>. Acesso em: 03 maio 2010.

MOODY, Glyn. **If libraries didn't exist, would publishers be trying to kill book lending?** Disponível em: <<http://www.techdirt.com/articles/20111230/07161417236/if-libraries-didnt-exist-would-publishers-be-trying-to-kill-book-lending.shtml>>. Acesso em: 5 jan. 2012.

POLANKA, Sue (Ed.). **No shelf required [livro eletrônico]** : e-books in libraries. Chicago: American Library Association, 2011. 182 p.

RANDOM House eleva preços de e-books para bibliotecas. Disponível em: <<http://www.publishnews.com.br/telas/noticias/detalhes.aspx?id=67352>>. Acesso em: 5 mar. 2012.

REDING, Viviane. **The role of libraries in the information society**. Disponível em: <<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=SPEECH/05/566&format=PDF&aged=1&language=EN&guiLanguage=en>>. Acesso em: 06 abr. 2012.

SHATZKIN, Mike. **Mais sobre e-books, editoras e bibliotecas**. Disponível em: <<http://www.publishnews.com.br/telas/colunas/detalhes.aspx?id=67690>>. Acesso em: 28 mar. 2012.